



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPIMIRIM
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA

ATA DA REUNIÃO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DA APA GUAPIMIRIM E DA ESEC GUANABARA

31 de julho de 2012

Ao trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e doze, às treze horas e quinze minutos, teve início no Auditório “Elmo Amador”, na sede da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara, situada à BR-493, quilômetro 12,8, município de Guapimirim, a reunião ordinária dos conselhos consultivos da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara. O conselheiro representante da ONG BioAtlântica enviou previamente justificativa de ausência à reunião. O chefe da ESEC Guanabara, Maurício Barbosa Muniz, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e justificou a ausência de Breno, chefe da APA Guapimirim, que estava participando, no mesmo momento, de reunião em Teresópolis com representantes da GIZ – Agência de Cooperação da Alemanha. Maurício apresentou então a pauta da reunião: apresentação de proposta para procedimentos para a suspensão da pesca amadora e realização de termo de compromisso com catadores de caranguejo devido à publicação de portaria aprovando o Plano de Manejo da ESEC Guanabara, apresentação da instrução normativa sobre circuitos de ecoturismo na APA, atualização sobre situação do licenciamento do Comperj e empreendimentos associados, e informes gerais. Flavio Lontro solicitou inclusão de ponto de pauta, referente ao fechamento da vala da pulada. Mauricio distribuiu lista com legislação específica, lembrando que nem todas as unidades têm normas específicas – decreto 90225/1984, que cria a APA Guapimirim; portaria IBAMA 8/1997, que dispõe sobre as modalidades de pesca proibidas na APA Guapimirim; Portaria 63/2004, que aprova o plano de manejo da APA Guapimirim, decreto federal s/n, de 15/02/2006, que cria a ESEC Guanabara; portaria ICMBio 34/2012, que aprova o plano de manejo da ESEC Guanabara; e IN 27/2012, que define critérios para credenciamento e autorização dos serviços de condução de visitantes na APA Guapimirim e ESEC Guanabara, enfatizando que essas normas são os pilares jurídicos, que vão ficar mesmo com saída de

servidores, e que todos os conselheiros devem conhecer e cobrar a aplicação dessas normas. Maurício explicou alguns pontos específicos sobre o plano de manejo da ESEC Guanabara, em que muitos dos presentes participaram da construção. Disse que teoricamente o plano poderia ter sido aplicado desde março, mas que a gestão não visa repreensão, que primeiramente haverá divulgação abrangente, depois reuniões com grupos que são mais interessados, que possam ser afetados pelas normas; citou especificamente os caranguejeiros, que terão a área de uso restringida, e com os quais será firmado um termo de compromisso com cada um deles. Maurício apresentou o mapa da ESEC, seus limites, cuja área é de cerca de dois mil hectares, com suas zonas de manejo e características, sendo a ESEC o núcleo mais conservado da APA Guapimirim. Na zona de recuperação as ações são voltadas à pesquisa, educação ambiental e principalmente ao estudo das espécies oportunistas com vistas à restauração da área, não sendo permitida nenhuma atividade de uso direto dos recursos naturais. A zona de uso conflitante foi definida baseada nos estudos do Pando, que apontou que as áreas mais utilizadas para coleta dos caranguejos eram nos manguezais adjacentes aos rios, numa faixa de aproximadamente duzentos metros, e muito menos nas porções mais interiores do manguezal. Explicou que nessa zona será permitida a coleta de caranguejo, e que isso representa um ganho enorme pois, pela lei, numa estação ecológica não é permitido nenhum uso direto de recurso natural, mas que, considerando a tradicionalidade e a segurança alimentar, numa área em que os catadores de caranguejo sempre coletaram, foi apresentado à Brasília esta proposta, de permitir que somente os catadores tradicionais, que dependem dos recursos para sua sobrevivência, possa ser firmado um termo de compromisso, e não para catadores eventuais, para os quais será proibida a cata. Explicou que hoje a cata está acontecendo como era, mas que haverá um projeto, onde serão feitas reuniões com catadores, com recurso externo, com auxílio de moderador, para elaborar um termo de compromisso e verificar quais catadores poderão assinar o termo, que é o grupo que vai poder catar caranguejo nessa zona; então ressaltou que não é verdade que a cata já está proibida na ESEC Guanabara, muito menos na APA Guapimirim, que continua aberta à atividade, respeitando as normas já em vigor. A zona de uso extensivo corresponde aos rios dentro da ESEC, onde são permitidas ações de pesquisa, educação ambiental e condução de visitantes; a pesca de qualquer forma é proibida, que afeta mais a pesca amadora; para os sirizeiros, fica valendo a mesma norma que para os caranguejeiros, para os pescadores de siri tradicionais, que exercem atividade para subsistência, vai ter termo de compromisso para que eles continuem a exercer a atividade nessa área; já os pescadores amadores não dependem da atividade para sua sobrevivência, sendo que a restrição não afeta direitos fundamentais dessas pessoas, que são poucos e podem pescar em outras áreas próximas; serão colocadas placas, a proibição desse tipo de pesca vai ser divulgado e logo passará a ser fiscalizado; a intenção nessa área é que haja

menos circulação de pessoas, de barcos, menos uso dos recursos naturais, para que essa área possa cumprir os objetivos da criação da ESEC, que deve servir como área de repovoamento para áreas adjacentes de manguezal e da Baía de Guanabara; para assegurar que essas ações estão sendo efetivas, serão realizadas pesquisas de monitoramento para avaliar a dinâmica da comunidade de peixes e da população de caranguejos, para avaliar se a diminuição de pressão vai modificar isso. O representante da Ahomar questionou se somente caranguejeiros de Itambi poderiam catar caranguejo. Mauricio esclareceu que os critérios são a subsistência e a tradicionalidade, quem já vinha catando na área corriqueiramente, independente do local de moradia, que a atividade será proibida para aqueles que vêm eventualmente, como por exemplo nos dias de andata, e que essa proibição valerá somente na ESEC, que fora dela, continua como está. Adherbal lembrou que além do trabalho do Pando, houve dois trabalhos coordenados pelo professor Gianmario, que fizeram levantamentos em áreas caranguejeiras, não só em Itambi, mas também no Canal, em Piedade, no Roncador, de quem eram e como catadores trabalham, e perguntou se esses trabalhos também vão ser levados em consideração, e também visitas, para que não entrem esses catadores eventuais. Maurício disse que todos esses estudos serão utilizados, não se estaria partindo do zero, incluindo os diálogos realizados no conselho, que em Itambi há maior base de dados, pelo trabalho realizado pela base da prefeitura, mas que essas reuniões serão feitas em outras comunidades também. Milton colocou que os catadores de Itambi podem catar em qualquer lugar, mas que eles não deixam catadores de outros locais catarem lá, que ele próprio já teria sido barrado várias vezes, ele disse então que essas visitas servirão para esclarecer que os de Itambi podem catar fora dali, e que os de fora possam catar em Itambi. Flavio sugeriu que isso possa ter ocorrido durante o período do defeso municipal de Itaboraí, ao qual Milton negou. Rinaldo, técnico do ICMBio, disse que houve uma situação em que uma equipe da APA Guapimirim teria repreendido a cata, mas porque estava na época do defeso municipal de Itaboraí. Maurício esclareceu que durante setembro, em que ocorre o período de defeso municipal de Itaboraí, não é permitido catar no rio Macacu, atual Caceribu. Adherbal colocou que a APA é federal, e que a lei federal estabelece o defeso de outubro a dezembro, que essa lei municipal não tem amparo legal, que não é justo que o pescador que não está recebendo defeso seja proibido de catar. Milton pediu que os órgãos de fiscalização resolvessem essa questão, que prejudica muitos pescadores no mês de setembro. Mauricio sugeriu que eles mandassem essa colocação formalmente para a administração da APA Guapimirim, para que se possa encaminhar a solicitação para análise jurídica, e colocou que entende de maneira parecida que o ordenamento pesqueiro é matéria federal, de responsabilidade compartilhada entre o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente, que uma prefeitura propor uma norma nesse tema pode causar um problema, mas que como essa norma ainda não foi afrontada, o

município a continua aplicando e ela continua valendo, mas que se ele entende de forma diferente, que deve questionar isso formalmente. Milton disse que em setembro a produção cai muito pois o caranguejo já está “de leite”, mas que é melhor pegar um pouco e sobreviver do que não pegar nada. Flavio Lontro disse que essa proposta foi apresentada pela Associação de Caranguejeiros de Itambi à Secretaria de Agricultura do município com essa intenção porque em setembro tem troca de casca, a produção ficava muito pouca, ninguém conseguia se manter, além de destruir o caranguejo, que já está lá no laço, quando puxa estraçalha o animal; na época o secretário entendeu a questão e determinou o pagamento de mais um mês de defeso. Milton colocou que eles levaram a mesma proposta para o prefeito e para o secretário de agricultura de Magé, que o formato é excelente. Flavio falou que essa proposta é para proteção da espécie mesmo, que o defeso federal em setembro foi apresentado há tempos ao Cepsul, mas que eles consideraram que não se tratava de reprodução, e que eles não aceitaram. Mario Soares coloca que o município não poderia legislar sobre o espaço de uma unidade de conservação federal, que a prefeitura é responsável pelo ordenamento urbano do território dentro do seu município, desde que esse espaço não tenha se tornado área sob gestão estadual ou federal. Maurício lembrou que em matéria de meio ambiente, o município e o estado podem ser mais restritivos que a legislação federal. Mario considerou que isso não valeria para o território de uma unidade de conservação. Juliana colocou que isso seria válido para uma estação ecológica, por exemplo, mas que uma APA é uma unidade de conservação de uso sustentável. Houve uma discussão geral sobre o assunto. Mauricio sugeriu que alguém provocasse a análise sobre a validade da lei que determina esse defeso em Itaboraí. Considerou que há um complicador neste caso porque a lei implica em pagamento de seguro, ou seja, com efeitos financeiros. Flavio instigou que ao invés de pedir análise jurídica, que se provocassem as prefeituras para adotar também esse defeso, que ficaria tudo mais conservado e seria melhor para todos. Malafaia disse que quando houve proibição da cata do caranguejo em Itaboraí, alguns pescadores foram proibidos de catar no rio Caceribu, que então pescadores da região de Roncador vieram à sede da APA Guapimirim para se certificarem que a margem direita do Caceribu não pertence a Itaboraí, e foram à Base da prefeitura em Itambi para informar isso. Mauricio resgatou a questão do zoneamento para complementar que o trânsito de embarcações nos rios Caceribu e Guaraí, dentro da ESEC Guanabara, estão livres para embarcações que estão conduzindo visitantes, ou desenvolvendo atividade de fiscalização ou de educação ambiental, ou apoiando catadores de caranguejo ou de siri, que tenham firmado o termo de compromisso, ou, ressaltando estes, moradores à montante do rio Caceribu, a comunidade de Itambi, que não têm outra forma de acessar a Baía de Guanabara por outra via que não essa. Maurício deu exemplo que se um pescador amador está num bar no rio Guapimirim e quer acessar a Baía de Guanabara, que atualmente ele pega a vala da pulada e

desce pelo rio Guaraí, que é mais rápido, até a Baía, mas que isso não será mais permitido, que ele vai ter que seguir pelo rio Guapimirim até a Baía, sem entrar na ESEC. Flavio perguntou se vai começar hoje, Mauricio reforçou que vai ter um processo gradual, com divulgação, que a intenção é esclarecer plenamente e não prejudicar ninguém. Questionou-se sobre a possibilidade de exercer a pesca profissional no rio Guaraí, a montante da ESEC. Maurício mostrou no mapa os limites da ESEC, reforçando que nem a pesca amadora, cujos praticantes são poucos, nem a pesca profissional poderá ser exercida dentro da ESEC, que há muitos pescadores de robalo fora da estação ecológica e que poderão comportar a demanda desses pescadores. Alguns participantes demonstraram descontentamento, dizendo que não tem peixe em toda área. Maurício propôs que se fizesse um levantamento de quantos pescadores sairiam prejudicados com isso. Flavio comentou que os pescadores artesanais, em teoria, deveriam selecionar o que estão pescando pois dependem daquilo, não deveriam pegar os peixes muito pequenos. Maurício colocou que a conservação de peixes maiores também é importante para os estoques pesqueiros e por isso a criação de uma área em que não se pode pescar é importante para o futuro; ele lembrou que na discussão sobre a proibição da pesca na ESEC se pensou na permissão da atividade como atividade de subsistência, mas se imaginou que seria um grupo de pescadores muito restrito e que poderiam exercer a pesca fora da ESEC; ele citou o exemplo de alguns pescadores amadores que resolveram para de pescar na ESEC e acabaram encontrando outros pesqueiros fora da UC. Rinaldo diz que, segundo a legislação, o pescador que recebe o defeso do caranguejo não pode pescar outra espécie. Milton coloca que o pescador recebe um salário-mínimo para ficar parado no defeso, que se ele não puder pescar outra coisa, vai passar fome. Maurício introduziu a pauta sobre a instrução normativa 27/2012 que define critérios para o credenciamento e autorização dos serviços de condução de visitantes na APA Guapimirim; cópias da instrução normativa foram distribuídas para todos as instituições presentes. Mauricio esclareceu que a visitação pode ser autônoma, ir com seus amigos, familiares para passeio em embarcação própria, sendo proibida a entrada na ESEC Guanabara, mas se a atividade for feita de forma comercial, como já existem grupos operando, que esse serviço com fins recreacionais, de pesquisa ou de educação ambiental passam a ser regulados por essa portaria; a intenção dessa norma é de ter serviço cada vez mais capacitado e organizado; que ainda não há ampla divulgação para que não venha gente demais e que acabe impactando demais as UCs; que se está buscando promover um nível de qualidade e segurança, pois afinal os visitantes estarão sendo conduzidos numa UC sob gestão do ICMBio, além de operar abaixo da capacidade de suporte sobre o ambiente natural. Milton pergunta se um pescador não pode mais levar turistas para passeio. Mauricio começou a explicar que sim, pode, mas que deverá seguir a norma. Questionaram se o serviço vai ser cobrado, é explicado que vai ser tudo para o prestador de serviço, nada para o ICMBio, não vai ter cobrança

de ingresso. Milton coloca que poderia ter um porcentual para o ICMBio. Mauricio leu e explanou alguns pontos mais importantes sobre a Instrução Normativa. Representante do IBio perguntou como é autorização. Mauricio esclareceu que existirá um credenciamento, e leu o artigo trinta e quatro, explicando sobre o cadastro. Depois, Mauricio explicou a diferença entre proprietário da embarcação, condutor de embarcação e condutor de visitante, e deu exemplos dessas situações. Malafaia perguntou se poderia ser os três, ao que foi respondido que sim. Juliana ressaltou que eles, nesse caso, seriam cadastrados nas três categorias. Maurício prosseguiu a explicação na norma, citando as restrições e capacitações. Adherbal questionou a capacitação para a condução das embarcações, que para conduzir esse tipo de embarcação levando turistas precisa ser moço-de-convés já que é muito diferente conduzir embarcação para levar gente ou para levar peixe. Mauricio mostrou os anexos, onde há as exigências de documentação, que para o cadastro de condutor de embarcação consta na instrução que se deve apresentar carteira de marinheiro-auxiliar-de-convés ou superior. Maurício colocou que para quem não tem a carteira exigida, que a Capitania dos Portos será convidada a vir aqui para capacitar quem tiver interesse. Haverá também cursos sobre a APA Guapimirim e a ESEC Guanabara, sobre como conduzir os visitantes, os atrativos e cuidados necessários. Depois das capacitações, será concedida autorização de doze meses para as atividades, podendo ser renovada por igual período; essa autorização não pode ser transferida pra ninguém. Bira pergunta qual idade mínima, ao qual fica esclarecido que acima de dezoito anos. Mauricio continuou a explanação a instrução normativa, que se pessoas estiverem conduzindo fora da norma, está prevista a possibilidade de gerar penalidade administrativa, que de acordo com o decreto de crimes ambientais, é de cerca de setecentos reais; concluiu dizendo que não é justo que alguém que está operando de forma toda certa fique competindo com outro que não tem capacitação ou não mantém a embarcação com equipamentos necessários. Mauricio passou a tratar sobre a operação da atividade, que será necessário dar uma palestra inicial aos visitantes, e depois conduzir de forma correta e adequada, como horários e condutas desejáveis. Em seguida, ele mostrou rotas previstas, que algumas são para atividades recreativas e educacionais, que têm capacidade de suporte maior, e que há outras rotas de ecoturismo com restrição, nas quais os grupos devem ser menores, e há outra voltada para educação ambiental; essas rotas estão mapeadas e com tempo previsto para o trajeto. Mauricio finalizou essa pauta ressaltando que, assim como nas questões sobre o Plano de Manejo, que a implementação será feita de forma gradual, com reuniões, com capacitações, e que a intenção da administração da APA Guapimirim é de dar especial atenção ao turismo de base comunitária, que será investido esforço e recursos focando-se nesse público, que as comunidades devem se esforçar e se qualificar também. Perguntou-se como uma pessoa que não tem embarcação pode fazer, ao qual Mauricio

respondeu que a administração da APA pode auxiliar tecnicamente as associações, ONGs, a escrever projetos ou conseguir financiamento para adquirir barcos; Juliana acrescentou que para a categoria de condutor de visitantes não é necessário ter barco, que mesmo pessoas com pouca escolaridade podem se cadastrar. Adherbal colocou que os barcos que os pescadores daqui têm não servem para levar visitantes, que não são adequados, ao que Maurício respondeu que não se coloca nenhuma restrição ao tipo de embarcação, que se a Capitania dos Portos entender que o barco está em ordem, já está bom, que o que consta na instrução normativa são equipamentos que devem estar a bordo, como materiais de primeiros socorros, colete salva-vidas, água potável. Milton comentou que alguns pescadores têm documentação que permite conduzir embarcação de até dez toneladas em águas interiores, mas que poucos têm a embarcação com documentação da Capitania dos Portos, que recentemente conseguiram cadastrar trinta e quatro embarcações, que se a administração da APA Guapimirim conseguisse facilitar esse registro, que isso ajudaria muito. Mauricio explicou que isso vai ser feito, que a Capitania dos Portos será contactada para fazer isso, que os pescadores não serão chamados só para a burocracia porque a proposta é fortalecer as comunidades locais, mas que se grandes empresas aparecerem, também será exigido deles a apresentação de toda a documentação. Milton colocou que quando a atividade começar a gerar lucro, que grandes empresários vão aparecer, com capacidade maior que os dos pescadores, e sugeriu a atividade fosse restrita aos pescadores. Juliana explicou que, por lei, não se pode fechar mercado, mas que a população local terá a oportunidade de se capacitar, se adequar, para que quando empresários maiores vierem, e que certamente virão, que a competição possa estar mais equilibrada. Mauricio reforçou que entende as dificuldades das comunidades locais e que o que se busca é realmente tirar essa diferença para que elas possam chegar no mesmo patamar de empresários que venham de outros lugares. Milton disse que entende a necessidade de limitar a velocidade máxima, para respeitar a fauna e a natureza, mas que para a rota que vai até Piedade, que vai ter dificuldade de navegação quando a maré estiver baixa, que se deveria abrir um canal, mas que a administração da APA Guapimirim é contra, mas que os pescadores precisam. Mauricio nega, diz que a administração não é contra, que esse tipo de dragagem é o que se apóia, com pequenas dragagens, pontuais, para ter acesso a determinadas áreas como para ir a Itaoca, que isso é totalmente diferente de fazer uma dragagem profunda para passagem de navios. Adherbal coloca que pescador necessita de dragagem da foz dos rios Guapi, Guaraí e Caceribu até o limite da APA Guapimirim, que está ficando tudo assoreado e que não conseguem mais passar, que às vezes ficam três, quatro horas debaixo do sol ou durante a madrugada esperando na baía para poder entrar, que nem os peixes estão entrando mais nos rios. Mauricio esclareceu que essas dragagens, pontuais, podem ser feitos e são apoiados após estudos. Adherbal colocou que a Petrobras tinha se comprometido a fazer essa dragagem, que só estava sendo discutido o

bota-fora; outra coisa que estava sendo pedido era o repovoamento, principalmente de robalo. Mario disse que a dragagem pelos pescadores é discutido há muito tempo, mas entende que neste momento não é estratégico levantar esse assunto, que pode ser utilizado esse questionamento legítimo para outros fins, perguntou de que adianta ter acesso a um recurso que daqui a pouco pode não ter mais e sugeriu que essa solicitação legítima seja recolhida temporariamente para focar numa briga maior, e que depois, conseguindo se rechaçar a ameaça maior, que pode se voltar para a questão de forma doméstica. Rinaldo questionou se não tem nada que se possa colocar na parte de trás do barco para ir puxando e abrir o canal, aos que todos dizem que não. Felipe questiona, sobre artigo dezoito da instrução normativa, que trata do motor, se vai ter limitação da potência do motor para evitar revolvimento do fundo e erosão das margens. Mauricio disse que se tentou, mas não deu certo porque o motor tem que ser adequado ao barco. Flavio coloca que o que vai depender é o casco da embarcação. Rinaldo colocou que o limite do barco é de sete metros, e aqui já tem o limite do calado. Mauricio disse que pela discussão gerada se vê porque não se colocou o limite do motor, e que foram colocadas orientações como que os motores devem ser de baixa potência, de preferência de quatro tempos, operando em baixa rotação, com objetivo de diminuir a poluição química e sonora. Passou-se a seguir para a pauta sobre licenciamento do Comperj e empreendimentos associados. Mauricio colocou que havia sido noticiado há cerca de dois meses atrás que devido a dificuldades de se promover infraestrutura das obras associadas ao Comperj, que os prazos haviam estourado, que o início da operação não seria mais em dois mil e catorze, que esse anúncio foi dado em reunião do governo do estado onde estavam presentes o governador Sergio Cabral, o secretário estadual do ambiente Carlos Minc, e presidente da Petrobras Graça Foster, para tratar de algumas grandes estruturas que ainda não haviam sido licenciadas como o sistema de emissão de efluentes, o sistema dutoviário, o porto offshore, os dutos para abastecimento de água e para adução de água de reuso do sistema Alegria. Mauricio continuou dizendo que se teve informação de que nessa reunião se discutiu o rio Guaxindiba, e que se entende que nunca foi tão complicado para a Petrobras tratar do licenciamento da passagem das peças do Comperj pelo rio Guaxindiba, que o assassinato dos pescadores na Baía acabou interferindo também no assunto, qualquer que tenha sido a causa das mortes, e que nesse contexto é que saiu, na última quinta-feira, a licença de instalação para o Porto da Beira, que a Secretaria Estadual do Ambiente teria informado à Petrobras que a empresa deveria assim desistir da obra do rio Guaxindiba, o que não foi bem recebido pela estatal. Mauricio lembrou que no dia seguinte, na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, teria uma audiência para discussão da situação da pesca, e que no dia 06 de agosto haveria uma audiência pública sobre o Comperj, promovida pelo Ministério Público Federal, na Procuradoria da República no Rio de Janeiro, e comentou que essa estratégia de se fazer audiências tem sido

adotada pelo Ministério Público Federal por todo o Brasil porque, segundo eles, os processos têm parado quando chegam na Justiça, e que essas audiências têm dado mais efeito, com sugestões e encaminhamentos; que para essa audiência estão sendo convidados Petrobras, INEA, ICMBio e representações da sociedade civil, como pesca, segurança pública, saúde pública. Nelson disse que ouviu falar que na próxima segunda-feira vai ser apresentada pela Petrobras uma nova alternativa, fora do Guaxindiba. Dalia pergunta por que precisa ainda do Guaxindiba, se o porto, que é a alternativa locacional com menor impacto, já foi licenciado. Maurício diz que o que a Petrobras alega é que o projeto do porto na Praia da Beira nunca foi abandonado, mas que a via através do Guaxindiba será necessária para o transporte de cargas mais pesadas. Dalia disse que a via pelo Guaxindiba vai precisar de calado, dragagem, vai ser uma obra cara e que não entendia porque a Petrobras insiste na necessidade dessa obra, que a não-emissão da licença do porto até justificaria essa insistência, mas após a emissão da licença de instalação, que não conseguia entender. Mauricio corrobora a opinião. Rocho colocou que participou, no último dia sete, em São Gonçalo, de uma reunião da Agenda 21, e que a APA Guapimirim foi citada por impedir o trabalho do rio Guaxindiba e atrapalhando o Comperj. Estavam presentes Luiz Renato Vergara, coordenador de articulação do Inea, Taís Dias, assistente social, e Katia Catermol, coordenadora socioambiental, que o projeto deles não tinha nada a ver com Guaxindiba, mas com Emboaçú, mas que em determinado momento o citado Renato criticou a APA Guapimirim, ao qual Rocho repreendeu, que as obras deveriam ser feitas dentro das normas, que ele tomasse cuidado ao falar, e que os conselheiros têm obrigação de defender a APA Guapimirim. Bira diz que escuta muito sobre impacto na APA Guapimirim, mas que nunca se falou de porto em Itaoca, mas em píer, que teria cento e vinte metros por oitenta metros com cinco metros de calado, dragagem de mil e duzentos metros, que muitos moradores de Itaoca estão sendo impactados por esse píer. Bira continuou dizendo que em dois mil e oito a prefeitura de São Gonçalo decretou a desapropriação de lotes da Praia da Beira, e que dois moradores antigos morreram, e que depois disso a prefeitura abandonou a obra, esperando que a Petrobras fizesse, e desde então a localidade está abandonada, que todos comentam do impacto ambiental, mas ninguém vê o impacto social, que depois do píer utilizado pela Petrobras, que ele vai virar a Cidade da Pesca, que será feito um pólo industrial, os moradores vão ter que sair, que isso também vai ter um impacto enorme, que em vários locais não quiseram aceitar esse pólo, que ele teria perguntado como ficaria a situação dos pescadores artesanais, e que eles responderam que não sabiam, que não tinham pensado nisso, que estavam pensando nos pescadores industriais. Bira enfatizou que o impacto social tem sido grande em Itaoca, porque a Petrobras está indenizando abaixo do valor de mercado, obrigando as pessoas a assinarem e que quem não quer sair, que a Petrobras diz que vai pôr na justiça, e que atualmente não tem violência no bairro,

mas que com esse empreendimento devem vir também drogas e prostituição. Bira colocou que esse terminal pesqueiro terá várias fábricas, que há uma prevista para ser instalada na casa onde ele mora. Maurício disse que tem acompanhado a questão das desapropriações, que isso tem gerado mesmo impacto social, mas que nunca havia visto nada relativo à citada Cidade da Pesca. Pescador do Sindicato reforçou que não se tem intenção nenhuma de ajudar pescador artesanal, que muitos pescadores deixaram de ser pescadores, alguns estão passando até fome. Mauricio disse que a ideia original é que esse píer pudesse dar suporte à pesca artesanal, que a estrada serviria também às pessoas, e teria um ponto da Linha Quatro do metrô no Guaxindiba, diminuindo a pressão de ocupação sobre a periferia imediata no entorno do Comperj. Bira diz que as barcas de Niterói não saem de São Gonçalo porque senão acaba o centro de Niterói, que isso é política. Flavio perguntou se no estudo de impacto ambiental do porto se não havia nada previsto de compensação para Itaoca. Maurício diz que encerrado o transporte de equipamentos pesados, é necessário outro licenciamento para o que vai ser feito depois, que se esse projeto do pólo pesqueiro for levado adiante, que terá de ser licenciado e o projeto chegará à administração da APA, e que conseqüentemente o Conselho também será ouvido. Flavio colocou que, no princípio da discussão, se chegou a cogitar a possibilidade de o transporte ser feito pelo rio Guaxindiba, com benefícios para os pescadores e para o meio ambiente, como o tratamento da água do rio Guaxindiba, e questiona se não seria o momento de se pensar em possíveis medidas compensatórias. Maurício colocou que a Petrobras, se quisesse realmente fazer essa via da maneira adequada, que possivelmente isso teria sido aprovado, mas que a empresa optou por uma via de atropelo, com estudo ambiental simplificado, sem propor qualquer medida compensatória, mesmo indicando que a pesca teria de ser suspensa por meses para avaliação da contaminação do pescado, que se o empreendimento fosse feito na forma correta de licenciamento, com estudo de impacto ambiental, audiências, compensações, que talvez essa opção não fosse tão financeiramente interessante. Na reunião que houve em Brasília, o presidente do ICMBio disse ao empreendedor que minimamente eles deveriam apresentar medidas compensatórias, que essa reunião ocorreu há dois meses, e a empresa até agora não apresentou nada, o que corrobora que o interesse do empreendedor é passar por cima, que somente com esse tempo que o empreendedor está tentando passar a licença, que daria para fazer todo o trâmite legal, com estudos, audiências. Milton questiona o que seria mais prejudicial ao ambiente e à pesca, se o porto em Itaoca ou a dragagem do Guaxindiba. Maurício disse que o que se entende é que hoje o esgoto do Guaxindiba fica retido no manguezal e vai sendo drenado aos poucos para a Baía de Guanabara, que se for feita uma grande dragagem como neste caso, onde o canal de dragagem proposto é da foz do rio até o limite da APA, que este volume grande de água poluída que vai descer, pegando a corrente do canal central da baía, vai parar nos

currais, que hoje a água poluída fica um tempo parada numa área alagada perto da fábrica de cimento Mauá, mas questiona o que aconteceria com a dragagem, que se fosse feito um estudo, isso talvez pudesse ser apontado. Mauricio continuou dizendo que o estudo coloca claramente que a pesca vai ter que ser interrompida, tanto pela questão de matéria orgânica quanto de metais pesados que serão liberados. Malafaia colocou que a calha do rio Guaxindiba é mais funda que o fundo da Baía, e por isso tem muita coisa que fica presa no rio, mas que se a Baía for dragada, que aquilo tudo vai descer pra Baía. Maurício completou dizendo que o relatório ambiental simplificado nem cita o canal do Cangurupi, que liga o rio Guaxindiba ao rio Caceribu, o que mostra como o estudo foi feito de forma rasa. Mario se mostra temeroso em relação a medidas compensatórias, que muitas vezes são tratadas no nível administrativo, como foi o Comperj em relação à localização, e que acabam funcionando com autorizações para degradar; que é diferente falar de empreendimentos fora de uma unidade de conservação e dentro delas porque as unidades de conservação são invioláveis, que não se pode flexibilizar em se tratando de unidades de conservação porque medidas compensatórias são de efeito imediato, mas que a longo prazo não se sustentam; ele deu o exemplo do derramamento de óleo no ano de dois mil, que muitas compensações foram feitas, inclusive aparelhamento de várias unidades de conservação, mas que os impactos persistem até hoje; que há empreendimentos que não há como compensar o dano; que já se deu um passo muito danoso, que foi a escolha do local do Comperj; que tem que se ter muito cuidado, tem coisa que não dá pra ceder; que as ações são complexas e às vezes acabamos olhando só para um ponto; que o empreendedor quer o lucro; que quando lá na frente se olhar para trás, vai ver que a compensação foi só esmola. Maurício recordou o histórico dessa questão, que em dois mil e sete a primeira reunião que tratou sobre esse assunto durou vinte minutos, que já estava nas condicionantes do processo de licenciamento do Comperj que os manguezais da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara são invioláveis, seja para transporte de equipamentos pesados, seja para instalação de dutos, e o empreendedor acatou a licença quando iniciou a obra. Maurício passou então a algumas atualizações sobre o Comperj; apresentou o Theo, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guapimirim, e disse que na segunda-feira passada houve a audiência pública para criação do Parque Natural Municipal das Águas, item referente à condicionante trinta ponto dois do licenciamento do Comperj, que corresponde a uma área de dois mil e duzentos hectares entre a APA Guapimirim, o rio Guapimirim, o rio Macacu e o terreno do Comperj, e que tem apenas quatro proprietários; na próxima reunião do conselho vai ser apresentado o projeto do parque pela Secretaria de Meio Ambiente de Guapimirim. Foi perguntado se esses terrenos não haviam sido desapropriados, ao que Theo respondeu que foram declarados de utilidade pública em dois mil e oito. Maurício continuou, dizendo que a área em questão é parte da APA Guapi-Guapiaçu, que à semelhança do

que aconteceu quando foi criada a ESEC Guanabara, está sendo criada uma área mais restritiva dentro de uma APA já existente; que isso é um passo administrativo importante para a recuperação da área, que deverá ser feita pela Petrobras. Theo colocou que o Parque Natural Municipal das Águas pode ser um dos destinos dos roteiros de ecoturismo, e que a população daqui deve ser um dos grandes beneficiados pelo parque. Dalia lembrou que foram feitas muitas críticas quando saiu a licença do Comperj, mas que a condicionante da recuperação ambiental dessa área não foi contestada, e perguntou sobre as outras áreas, se já estavam sendo realizadas. Mauricio disse que foi montada uma gerência dentro do Comperj para tratar dessas áreas a serem recuperadas, com mais organização e com contratação de mais funcionários qualificados; que na área dentro do Comperj há ações que já vinham sendo feitas, e que para as margens dos rios, que estão sendo feitos editais, em blocos, que já saiu o primeiro, com cerca de trezentos hectares. Dalia perguntou sobre o estudo das áreas elegíveis, ao que Mauricio respondeu que já está pronto. Mauricio continuou dizendo que já teve um ganhador do primeiro edital, na região alta do Caceribu, e que já estão indo a campo, identificando proprietários, que aqui na área da APAA vão ter sessenta hectares a serem recuperados, no fundo da Fazenda Cristo Redentor, junto ao rio Guaraí, mas que as recuperações de fato ainda não começaram. Dalia considerou que já houve avanço porque antes a Petrobras dizia que as áreas estavam identificadas, mas não estavam disponíveis; Mauricio colocou que a Petrobras abriu o edital de forma que a empresa contratada resolvesse essa questão. Theo acha que o maior problema vai ser mão-de-obra local, que não há, que não estão tendo capacitações, e que podem acabar vindo estrangeiros para trabalhar nessas áreas. Mauricio completou dizendo que novos blocos estão sendo preparados para serem licitados, e disse a Dalia que Julia, que representava o Inea, está contratada pela Petrobras para apoiar essas atividades, ao que Dalia demonstrou satisfação. Mauricio abriu a palavra para infomes gerais. Mendonça, do Rotary Clube de São Gonçalo, morador de Porto do Rosa, disse que teve informações de que no início a Petrobras teria contratado uma empresa para fazer o reflorestamento da área do Comperj, mas que as análises iniciais mostraram que o solo estava contaminado, e que então a Petrobras resolveu fazer o plantio por conta própria. Flavio fez um informe sobre o canal do Cangurupi, que os pescadores consideram o fechamento do Cangurupi como essencial, e que havia sido contratada a empresa Cohidro, mas que esta não estava conseguindo fazer as medições, e que então contrataram a equipe do professor Alberto, da UFF, que finalizou recentemente os últimos quarenta e cinco dias de medições maregráficas, e a empresa então se comprometeu com Breno a encaminhar as providências o mais rápido possível. Flavio passou então a um questionamento sobre a possibilidade de fechamento do Canal da Pulada, que pode afetar um pouco a atividade de ecoturismo, mas entende que o adoçamento do rio Guaraí provocado pela abertura desse canal tem afetado a reprodução de algumas espécies,

como o robalo; outra consequência tem sido a morte daqueles manguezais às margens do canal, e propôs então o fechamento daquele canal. Mauricio disse que outras pessoas já fizeram essa colocação e expôs que a fonte de água mais limpa que se tem hoje é a do rio Guapimirim, e que o rio Guaraí, devido às intervenções, não tem descarga própria, então que este rio teve uma melhora grande da qualidade da água devido ao canal, ao que Flavio discordou, dizendo que antes do canal havia caranguejo e robalo até mais acima do rio, que pudesse até ter como causa a sobre pesca, mas que considera que o adoçamento contribuiu para esta mudança na distribuição das espécies. Nada mais havendo a ser tratado, Mauricio agradeceu a presença e participação de todos, e a reunião foi encerrada às dezessete horas, tendo sido lavrada esta ata que segue por mim assinada. Anexa a esta ata encontra-se a lista de presença com registro de trinta e sete participantes.

JULIANA CRISTINA FUKUDA

Secretaria Executiva do Conselho Consultivo da APA Guapimirim
e do Conselho Consultivo da ESEC Guanabara

REUNIÃO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DA APA GUAPIMIRIM E DA ESEC GUANABARA
 LISTA DE PRESENCIA - 31 DE JULHO DE 2012

NUMERO	NOME	ASSINATURA	INSTITUICAO	TELEFONE	E-MAIL
1	SONALDO ROCHIO		AMAPROSA	26660850	sonalprosa@gmail.com
2	FELICIANO ROSCIA DUARTE		AMAPROSA	27048646	DUARTE.AMORIM@AMAPROSA.COM
3	ROSELIANA ALVES GOMES DE OLIVEIRA		Agua Doce	2647-1435	karolbiuque@gmail.com.br
4	Vanessa Mendes de Sousa		Agua Doce	2647-1435	
5	RODRIGUEZ REINOLDO ALVES		CRATERO	26336910	rodalves@cratero.com.br
6	Amelie la Sier		Universidade Villa Rica Faculdade Politecnica APD (GRAPIM) EM SABIAO	21.6966376	amelie.la.sier@univilla.com.br
7	RAUNDO SERRANO DOS SANTOS		UNIVERSIDADE UFRN	2633-0049	
8	RAUNDO DE MACHADO TORRES		UNIVERSIDADE UFRN	8201-3779	raundo@ufrn.br
9	GUSTAVO CALDERAZO D. ESTEVAO		INSTITUTO NOROESTE	(31) 5412-0707	gustavo@institutohumberto.com.br
10	Luciano Luiz Cesar Santos		UNIVERSIDADE UFRN	(51) 2891-2850	luciano@ufrn.br
11	FELIPE DE OLIVEIRA OLIVEIRA		NERVA / UFRJ	(21) 29848645	felipe.oliveira@ufrj.br
12	ROSELIANA OLIVEIRA CAMPOS		INSTITUTO SOLUCOES TEKOSIL	(21) 7823-9561	ROSELIANA@TEKOSIL.COM.BR
13	RAUNDO AUGUSTO TORRES		INSTITUTO SINCOSI	(21) 8844-5510	raundo@instituto.com.br
14	RAUNDO S. TORRES		SAAC. MAGOAI	(21) 3639-1872	raundo@saac.com.br
15	RAUNDO S. TORRES		SINDICATO CA. RS.	8618-1525	
16	RAUNDO S. TORRES		SINDICATO CA. RS.	866708851	
17	RAUNDO S. TORRES		ALOMAR	8849-5690	raundo@alomar.com.br
18	RAUNDO S. TORRES		YANAPROS	(21) 91106570	

REUNIÃO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DA APA GUAPIRIRIM E DA ESEC GUANABARA

LISTA DE PRESEÇA - 31 DE JULHO DE 2012

	NOME	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
19	Flávio Diniz Gaspar Costa		ACAFESCA		
20	Alípio Teixeira de Azevedo		ZB		
21	Aluísio Halaszin		Coop. H. Azevedo (P.O. 21)	8332 9775	halaszin@terra.com.br
23	Marta U. Filho		Colônia Z9	85934154	
24	Adriana Sabella Junior		Colônia Z9	81581664	sabella.junior@terra.com.br
25	Flávia Bastiana Marques Nassif		APROASIRU 236	86468998	flaviana_bastiana@com.br
26	Dina Fátima Reis		TRIO	99488040	psindose@gmail.com
27	Nelson Barros da Conceição		SINA NIAGÉ	26471214	ndc@terra.com.br
28	Soraíno de O. Salinas		PREFEITURA MUNICIPAL	33056384	soraino@terra.com.br
29	ARISTONIRIO DE SAUZA		SINICATO RURAL MARÉ	96161110	aristonirio@terra.com.br
30	Theresas I. Paes		RM RUBRICA 14	77464605	tpaes@terra.com.br
31	Luana Maranhães		Agenda 21 São Francisco	72128605	luana.maranhães@terra.com.br
32	Marcel Mendes Pinheiro		COOPERATIVA PRIMA	99729252	mpinheiro@terra.com.br
33	Valter Soares		AMALI	71534481	valter@terra.com.br
34	Luiz Rodrigues Duarte		Rede de Leitura	29365825	
35	Fred Kobayashi N. dos Santos		COMUNICA	91053270	fred.kobayashi@terra.com.br
36	Felipe Ferreira Soares		F1PERT	83833366	fpsf1pert@oi.com

REUNIÃO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DA APA GUAPIMIRIM E DA ESEC GUANABARA

LISTA DE PRESENÇA - 31 DE JULHO DE 2012

	NOME	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
37	MAIRIAO MUNIZ	<i>M. Muniz</i>	IMBIO	26330079	
38	JULIANA C FERUSA	<i>Juliana Ferusa</i>	ICM Bio	26330079	Juliana.ferusa@icm.bio.br
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					
46					
47					
48					
49					
50					
51					
52					
53					
54					